

**HABEAS CORPUS Nº 561.908 - AM (2020/0036896-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : MAURILIO SERGIO FERREIRA DA COSTA FILHO  
**ADVOGADO** : MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO -  
AM009967  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
**PACIENTE** : IVAN RODRIGUES DAS CHAGAS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de IVAN RODRIGUES DAS CHAGAS, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, proferido no *Habeas Corpus* n. 4006055-47.2019.8.04.0000, assim ementado:

*"HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ART. 121, § 2.º, INCISOS I, II, III, IV E VI, DO CÓDIGO PENAL. REDESIGNAÇÃO DA SESSÃO DE JULGAMENTO. PEDIDO PREJUDICADO. INDEFERIMENTO PARCIAL DE PRODUÇÃO DE PROVAS E DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS. ARTS. 422 E 423 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DISCRICIONARIEDADE DO MAGISTRADO. PRECEDENTES DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DECISÃO JUDICIAL FUNDAMENTADA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. ORDEM, PARCIALMENTE, CONHECIDA E, NESTA EXTENSÃO, DENEGADA.*

*1. No que diz respeito ao pedido de determinação à MM.ª Juíza de Direito da 2.ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus/AM para se manifestar sobre o deferimento ou indeferimento do pedido de redesignação da sessão de julgamento, pautada, inicialmente, para o dia 05 de dezembro de 2019, o Paciente carece de interesse de agir, porquanto a MM.ª Magistrada a quo decidiu o pleito defensivo em 03 de dezembro de 2019, redesignando a sessão de julgamento para o dia 28 de janeiro de 2020.*

*2. In casu, o Paciente foi denunciado e pronunciado pela suposta prática do crime de homicídio qualificado, previsto no art. 121, § 2.º, incisos I, II, III, IV e VI, do Código Penal, de modo que, após a pronúncia, foi aberto prazo para a apresentação dos requerimentos e diligências previstas no art. 422 do Código de Processo Penal, e a Defesa Técnica do Paciente requereu a totalidade de 12 (doze) provas e diligências, em caráter de imprescindibilidade, entretanto, a MM.ª Juíza de Direito da 2.ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus/AM somente deferiu 01 (um) dos requerimentos defensivos.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

3. Da leitura dos arts. 422 e 423 do Código de Processo Penal, depreende-se que compete ao juiz decidir acerca dos requerimentos de provas a serem produzidas ou exibidas no Tribunal do Júri, inexistindo qualquer comando no sentido de que todas as diligências pleiteadas pelas partes devam ser acatadas.

4. Dessa forma, foram declinadas justificativas plausíveis para a negativa de produção de algumas das provas requeridas pela defesa do Paciente, em consonância com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que é conferida ao Órgão julgador a possibilidade de indeferir, de forma motivada, diligências que considerar protelatórias ou desnecessárias, de modo que o indeferimento de pedido de diligência, de acordo com o art. 422 do Código de Processo Penal, quando devidamente fundamentado, não configura cerceamento de defesa, por ser a discricionariedade motivada o critério norteador do juízo de necessidade, circunstância que afasta o alegado constrangimento ilegal. Precedentes do colendo Superior Tribunal de Justiça.

5. Em arremate, com relação a suposta ausência de intimação, em sede do art. 422 do Código de Processo Penal, em consulta aos Autos n.º 0624832-33.2018.8.04.0001, por intermédio do Sistema de Automação da Justiça – SAJ, consta Edital de Intimação para ciência da pronúncia do Paciente, bem como, para a manifestação do dispositivo legal em questão, o qual foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico de 16 de julho de 2019, e considerado publicado no dia 17 de julho de 2019.

6. Além disso, é bem de se ver que, em 09 de setembro de 2019, foi expedido Edital de Intimação, específico, para as partes se manifestarem, nos termos do art. 422 do Código de Processo Penal, o qual foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico de 11 de setembro de 2019, e considerado publicado no dia 12 de setembro de 2019, de modo que a Defesa foi devidamente intimada para apresentar rol de testemunhas, diligências e documentos.

7. ORDEM, PARCIALMENTE, CONHECIDA E, NESTA EXTENSÃO, DENEGADA." (fl. 1.758/1.759)

A defesa afirma que dos doze requerimentos feitos na fase do art. 422 do Código de Processo Penal somente um teria sido apreciado.

Defende a ausência de fundamentação na decisão do magistrado de Primeiro Grau, por ter adotado os argumentos do Ministério Público como razões de decidir.

Requer, que "seja a presente ordem concedida em definitivo para impor a realização dos requerimentos apresentados em sede do artigo 422 do CPP em favor do paciente IVAN RODRIGUES DAS CHAGAS, e revogando a prisão preventiva,

*determinado a expedição do contramandado" (fls. 9/10).*

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida. Porém, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

De início, registra-se que *"a utilização da técnica de motivação per relationem, quando o ato decisório se reporte a outra decisão ou manifestação dos autos e as adote como razão de decidir, não vulnera o disposto no artigo 93, IX, da Constituição Federal" (HC 414.455/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 20/06/2018)" (REsp 1.851.312/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 19/12/2019).*

No mesmo sentido:

***"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CITAÇÃO POR EDITAL. NULIDADE NÃO EVIDENCIADA. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO DEMONSTRADO. RECORRER EM LIBERDADE. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. ORDEM DENEGADA.***

*1. A despeito de o paciente encontrar-se foragido desde a data dos fatos, agosto de 2012, ele foi devidamente assistido, tendo respondido a todos os atos processuais por meio de advogado constituído; foram infrutíferas as diversas tentativas de intimação pessoal do acusado durante toda a instrução processual.*

*2. Não há como reconhecer nulidade por cerceamento de defesa, mormente porque não comprovado prejuízo decorrente da citação por edital e da ausência de suspensão do processo, sendo certo que o paciente não pode beneficiar-se de sua própria torpeza a fim de nulificar os atos processuais a que deu causa. Precedentes.*

*3. Segundo o disposto no art. 387, § 1º, do Código de Processo Penal, 'o juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento de apelação que vier a ser interposta'.*

***4. 'É válida a utilização da técnica da fundamentação per relationem, em que o magistrado se utiliza de trechos de decisão anterior ou de parecer ministerial como razão de decidir, desde que a matéria haja sido abordada pelo órgão julgador, com a menção a***

*argumentos próprios, como na espécie, uma vez que a instância antecedente, além de fazer remissão a razões elencadas pelo Juízo natural da causa, indicou os motivos pelos quais considerava necessária a manutenção da prisão preventiva do réu e a insuficiência de sua substituição por medidas cautelares diversas' (RHC n. 94.488/PA, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/4/2018, DJe de 2/5/2018).*

5. No caso, a manutenção da prisão preventiva está justificada, pois a sentença condenatória que a manteve fez menção à ameaça às testemunhas na fase inquisitorial e à reiteração delitiva também pelo crime de homicídio contra outras duas vítimas, assim como à fuga do distrito da culpa, fundamentos que justificaram a imposição da segregação cautelar durante o feito. Além disso, destacou que o paciente estava foragido até a prolação da sentença. Assim, está demonstrada a necessidade da prisão provisória como forma de assegurar a aplicação da lei penal.

6. Ordem denegada." (HC 529.222/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 10/2/2020)

Por fim, as diligências requeridas foram indeferidas com fulcro nos seguintes fundamentos:

*"Dessa forma, verifico que foram declinadas justificativas plausíveis para a negativa de produção de algumas das provas requeridas pela defesa do Paciente, e em consonância com a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que é conferida ao Órgão julgador a possibilidade de indeferir, de forma motivada, diligências que considerar protelatórias ou desnecessárias, de modo que o indeferimento de pedido de diligência, de acordo com o art. 422 do Código de Processo Penal, quando devidamente fundamentado, não configura cerceamento de defesa, por ser a discricionariedade motivada o critério norteador do juízo de necessidade, circunstância que afasta o alegado constrangimento ilegal." (fls. 1.773)*

A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que o deferimento ou indeferimento da produção de provas está inserido no âmbito de discricionariedade do magistrado condutor do processo, devendo fazê-lo demonstrando os motivos do seu convencimento.

Por sua vez, as instâncias ordinárias, de forma fundamentada, afastaram o constrangimento ilegal sustentado pela defesa no indeferimento das diligências

solicitadas por entender que as mesmas eram desnecessárias.

Assim, o acolhimento dessa tese implica no revolvimento da matéria probatória. A propósito, confira-se o seguinte precedente:

*"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS  
SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. ROUBO  
CIRCUNSTANCIADO. SEMI-IMPUTABILIDADE. PLEITO DE  
REDUÇÃO DA PENA. FIXAÇÃO DO REGIME PRISIONAL ABERTO.  
INDEFERIMENTO DE PROVA PERICIAL NÃO COMPROVADO.  
APROVEITAMENTO DE PROVA PRODUZIDA EM OUTRA AÇÃO  
PENAL. NULIDADE NÃO EVIDENCIADA. IMPUTABILIDADE  
RECONHECIDA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. ÓBICE AO  
REVOLVIMENTO DE PROVAS NA VIA ELEITA. WRIT NÃO  
CONHECIDO.*

*1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.*

*2. Segundo entendimento pacífico desta Corte Superior, a vigência no campo das nulidades do princípio pas de nullité sans grief impõe a manutenção do ato impugnado que, embora praticado em desacordo com a formalidade legal, atinge a sua finalidade, restando à parte demonstrar a ocorrência de efetivo prejuízo, o que não ocorreu na espécie.*

*3. Mesmo no curso do processo penal, é facultado o indeferimento, de forma motivada, das diligências protelatórias, irrelevantes ou impertinentes. Cabe, outrossim, à parte requerente demonstrar a real imprescindibilidade na produção da prova requerida. In casu, porém, sequer restou comprovado o indeferimento de pedido de submissão do paciente a exame toxicológico, sendo descabido, portanto, o reconhecimento da nulidade do feito por cerceamento do direito de defesa.*

*4. Conforme o já decidido por esta Quinta Turma, 'inviável aproveitar laudo pericial produzido em processo criminal diverso, onde se atestou a semi-imputabilidade do agente, pois foi conclusivo em relação à situação psicológica/psiquiátrica do réu àquela data e quanto ao crime pelo qual estava sendo processado (tráfico de entorpecentes)' (HC 163.287/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 20/8/2013, DJe 5/9/2013).*

*5. Conquanto os impetrantes não tenham comprovado o indeferimento do pedido de realização do exame de dependência toxicológica, mesmo que a produção de tal prova houvesse sido indeferida, passados mais 8 anos desde as práticas delituosas, seria razoável entender que tal perícia não seria capaz de demonstrar a alegada perturbação da saúde mental do agente e a diminuição da sua*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento à época dos crime.*

*6. O Julgador de 1º grau salientou que o laudo do exame pericial produzido em um segundo processo-crime no qual o réu figurou no pólo passivo não foi encartado aos autos, destacando que a certidão apresentada pela defesa apenas atestou que o acusado permaneceu internado em centro de recuperação de dependentes químicos até março de 2007, sendo que o crime sob apuração sido praticado quase um ano depois.*

*7. Se as instâncias ordinárias reconheceram não ter sido demonstrada a semi-imputabilidade do acusado de modo a ensejar a redução de sua pena com fundamento no art. 26, parágrafo único, do CP, para infirmar tal conclusão seria necessário reexame detido do conjunto probatório dos autos, o que não se coaduna com a via do writ.*

*8. Writ não conhecido." (HC 360.575/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 30/5/2018)*

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 24 de março de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator